



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10969>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i26.10969>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 26 | Jun., 2022, pp. 47-72

Submissão: 11/09/2021

Aprovação: 29/01/2022

ENSINO DE BIOLOGIA: MORALIZANDO AS CONDUTAS DAS MULHERES ATRAVÉS DA SEXUALIDADE

BIOLOGY TEACHING: MORALIZING WOMEN'S CONDUCT THROUGH SEXUALITY

André MORANDO  

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS¹

Nadia Geisa Silveira de SOUZA  

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS²

Resumo: Investigamos a produção do corpo, das sexualidades e dos gêneros no Ensino de Ciências e de Biologia a partir de artigos publicados em eventos científicos (ENPEC e ENEBIO). Percebemos o funcionamento de práticas discursivas assentadas em discursos médico-moralizantes, direcionadas ao controle da sexualidade das mulheres. Tais práticas, no presente, tem historicidades. Assim, inspirados nos Estudos Foucaultianos, movimentamos a pesquisa entre o presente e o passado do Ensino de Biologia. Ao percorrer o passado, encontramos e examinamos o *Livro das mães: noções de puericultura*, utilizado na disciplina Biologia Educacional para a formação de professoras primárias, na primeira metade do século XX. No manual materno, destaca-se a operação de discursos biológicos e médicos através de ações moralizantes, regidas pela família reprodutiva e pela noção de perigo, direcionados sobretudo às mulheres. O Ensino de Biologia, ainda hoje, coloca em ação e atualiza mecanismos voltados ao controle do corpo e da vida.

Palavras-chave: Ensino de Biologia. Sexualidade. Corpo. Moralização. Mulheres.

Abstract: *We investigated the production of the body, sexualities and genders in the Teaching of Sciences and Biology from articles published in scientific events (ENPEC and ENEBIO). We perceive the functioning of discursive practices based on moralizing medical discourses, aimed at controlling women's sexuality. Such practices, in the present, have historicities. Thus, inspired by foucaultian studies, we move research between the present and the past of biology teaching. As we go through the past, we find and examine *O livro das mães: noções de puericultura*, used in the discipline Biology Educational for the formation of primary school teachers, in the first half of the twentieth century, aimed primarily at women. The Teaching of Biology, still today, puts into action and updates mechanisms aimed at the control of the body and life.*

Keywords: *Teaching of Biology. Sexuality. Body. Moralization. Women.*

¹ Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Educação em Ciências e Especialista em Biologia Celular e Tecidual. Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas. *E-mail:* andremorando@yahoo.com.br

² Doutora em Educação em Ciências. Professora aposentada da UFRGS, atuou como docente na FACED e docente pesquisadora no PPG em Educação/FACED/UFRGS e no PPG em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde/ICBS/UFRGS. *E-mail:* nadiagssouza@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo emerge de recortes de minha pesquisa de doutorado³ na qual buscou-se examinar práticas vinculadas a produção do corpo em seus atravessamentos com os gêneros e as sexualidades na educação escolarizada, através do Ensino de Biologia. Para tanto, construímos um diagnóstico do presente a partir da análise de artigos publicados em dois eventos científicos de âmbito nacional e vinculados ao campo do Ensino de Ciências e do Ensino de Biologia. A análise desse material criou condições de possibilidade para conhecermos como o corpo atravessado pelos gêneros e pelas sexualidades, é produzido/criado pelo Ensino de Biologia. Um ponto que emergiu com maior proeminência nas análises, caracterizou-se pela moralização da reprodução sexual. A maternidade aparece com um eixo que intercruza gametas, desenvolvimento embrionário, infecções sexualmente transmissíveis, discursos preventivos, constituição da família e regras de condutas que, inseridas em um grande enredo médico-biológico-moralizante, é direcionado ao governo dos sujeitos.

Nessa direção, ao assumirmos a perspectiva genealógica de Foucault, a pergunta que nos cabe aqui é: como a maternidade emerge no Ensino de Biologia e passa a operar relações de saber e poder a serem investidas na produção de corpos e condutas. Dito de outro modo, nos interessa examinar a historicidade da presença da maternidade no Ensino de Biologia a partir da análise de conjuntos de forças (práticas sociais) que movimentaram (e movimentam) tal objeto (moralização da maternidade) e o faz aparecer (emergir) no presente (na escola através do Ensino de Biologia).

Pensar o corpo como efeito das inter-relações que experencia ao longo de sua existência, portanto, da sua historicidade, é pensá-lo como produzido em tramas históricas, em permanente vir a ser. Nesse sentido, o corpo é tomado como um espaço de construção e de liberdade, no qual o destino biológico pode ser ressignificado. Assim, para dar-se conta de como o corpo foi sendo construído por determinadas práticas sociais e de como nossa subjetividade está imbricada a elas, é necessário conhecer os mecanismos, as práticas, as relações de poder e saber implicados nessa constituição. Enfim, é preciso conhecer as verdades que, historicamente, atuaram (e atuam) na produção do corpo. Conhece-las com a finalidade de desconstruí-las e de produzirmos outras possibilidades pedagógicas, estas menos governadas pelos discursos dominantes.

³ O ensino de biologia e suas articulações com práticas médico-moralizantes direcionadas ao governo do corpo, das sexualidades e dos gêneros. Tese defendida em 02/07/2021, sob orientação da Profa. Dra. Nádia Geisa Silveira de Souza, no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ver Morando, 2021.

Nessa direção, num segundo movimento da pesquisa, com a finalidade de conhecer a historicidade dos elementos sociais que sedimentaram seus efeitos no Ensino de Biologia e que fazem a maternidade aparecer, no presente, com um eixo articulador entre corpo, gênero, sexualidade e moralização das condutas, voltamos nossa atenção para o passado. Ao proceder tal movimento, encontramos a disciplina Biologia Educacional ministrada, inicialmente, na década de 30 nas Escolas Normais do Estado de São Paulo. Tal disciplina tinha finalidades estratégicas: a renovação da educação brasileira, inspirada no movimento Escola Nova, que apostava no ideal do “aprender fazendo” e na capacitação científica. Assim, por meio de conhecimentos médicos e biológicos, as futuras professoras do Ensino Primário seriam capazes de educar, conforme os pressupostos eugênicos e higiênicos, as crianças, as futuras mães e, em decorrência, as famílias. No processo de ensino-aprendizagem da disciplina Biologia Educacional, a obra *O livro das mães: noções de puericultura* (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933) escrito pelo médico Almeida Junior⁴ em coautoria de Mario Mursa operou como livro didático, da formação docente, que tratava da maternidade e da educação das crianças.

Por que as práticas discursivas postas em funcionamento nesta discussão importam? Foucault (1996; 2012) irá nos dizer que os discursos não são um conjunto de signos, mas práticas regulares e ordenadas que produzem os objetos de que falam. Assim, em se tratando da produção do corpo e, nele, da fixação do gênero e da sexualidade, por exemplo, várias instâncias sociais vão, sistematicamente, produzindo sexualidades, fixadas no corpo, a partir do sexo biológico e interpretadas como normais, anormais, sadias, perigosas, etc. A sexualidade não está fora do corpo, ela é experimentada e produzida no corpo através daquilo que se diz e se faz falar para o seu controle. A sexualidade opera como um acontecimento (dentre tantos outros), produzindo o corpo que nos tornamos. Foucault (1998) nos dirá que o corpo não é efeito somente da sua fisiologia, mas também das interações com aquilo que aprendemos, como comer, respirar, sentir as emoções, trabalhar, etc. O corpo, portanto, é efeito de tudo aquilo que nos parece não ter história. Tal pressuposto funciona

⁴ Antonio de Almeida Júnior (1892-1971), médico, pedagogo e influente político, foi autor de manuais e livros que tratavam sobre temas como a higiene (*Cartilha de Higiene*, 1920), a maternidade e os cuidados com os bebês (*Livro das mães: noções de puericultura*), a paternidade (livro *Paternidade: estudo biopsicológico, social e jurídico*, 1940), as condições escolares e educacionais no início do século XX (*Escola Pitoresca* 1934) e outros voltados, principalmente, para a saúde e a educação. Ligado ao movimento higienista e ao movimento dos Pioneiros pela Educação Nova, Almeida Junior acreditava que a solução para os problemas de saúde pública, das más condições de vida da população e do atraso econômico e social do Brasil estava centrado nas condições higiênicas e genéticas da população brasileira. Assim, a educação funcionaria como estratégia para “resolver tais problemas”. Esse autor e sua obra marcaram a “entrada” do ensino de Biologia para os currículos escolares, e, ao prescrever condutas com a promessa de uma vida melhor para a população e o progresso econômico do país, suas abordagens centradas no corpo e nas condutas inscreveram discursivamente o corpo no ensino de Biologia (GANDINI, 2010).

como um elemento central para conhecermos as relações de poder que constituem nossos pensamentos, hábitos, gestos, modos de existir na cultura.

Nessa direção, o corpo é efeito de práticas disciplinares presentes, por exemplo, nos regimes de trabalho, na escolarização, na mídia, na medicina, na família, etc. Portanto, sendo efeito de tais práticas, no corpo se entrelaçam variadas histórias que vão nos produzindo como sujeitos (doentes, sadios, de um gênero, de uma sexualidade, etc.). No entanto, vale ressaltar que os sujeitos não são meros expectadores passivos das relações de poder (senão não seriam relações), mas atores ativos que exercem poder sobre si e os outros e criam as resistências a tais ações. Um corpo transgênero, por exemplo, subverte as inscrições normalizadoras do gênero; uma família homoafetiva transgride as normas da família nuclear tradicional. Tatuagens, *piercings*, implantes subcutâneos, relações poliamorosas e não monogâmicas e a não identificação com nenhum gênero podem ser exemplos de insurgências ao poder normalizador das sociedades disciplinares e heteronormativas.

Nesse sentido, não há como pensar no corpo a partir de perspectivas puramente biológicas ou puramente sociais, mas como um espaço onde se entrelaçam ações e ditos em permanente mudança, assumindo novos significados e possibilidades de ser lido na cultura. Assim, não há nada fixo no corpo, as inscrições são sempre provisórias e cambiantes. Ao se falar na historicidade do corpo, portanto, torna-se necessário olhar as práticas em funcionamento, em diferentes instituições, implicadas na sua fabricação, como, no caso, a escola através da educação escolarizada. Tomamos a escola como um espaço privilegiado para a produção de sujeitos, a instituição de verdades, de comportamentos, de formas de ver a si e aos outros. Essa produção nos ensina que há modos e objetos – mais ou menos corretos – a ensinar e a aprender.

CONSTRUINDO UMA “REALIDADE” NO PRESENTE: QUE CORPO, SEXUALIDADES E NOÇÕES DE GÊNEROS SÃO PRODUZIDOS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS?

Num movimento de pensar o funcionamento de práticas (regimes de verdades) que atuam nas disciplinas de Ciências de Biologia na abordagem dos temas relativos aos gêneros, as sexualidades e ao corpo, empreendemos análises de artigos científicos que se constituem a partir do que Foucault (1998) denominou de economia política da verdade, na qual sobressai: o papel/função das instituições que produzem e legitimam os discursos científicos dentre elas as universidades, os institutos de pesquisa, as redes de divulgação. Portanto, os artigos científicos (divulgação científica), operam neste estudo como elementos de tal economia.

Os eventos científicos como os seminários, congressos e conferências são exemplos dessa rede de produção, legitimação e difusão de determinadas verdades científicas. Nesses espaços, se institui *quem* pode falar e *o que* pode ser dito de acordo com o regime de verdade posto em funcionamento. Assim, tais verdades se constituem em disputas entre saberes e são atravessadas por poderes de grupos políticos, econômicos e científicos. Numa escrita acadêmica, por exemplo, temos que referendar nomes, o que dizem sobre o assunto e integrar uma rede institucionalizada de saberes. Nossa escrita, para ter “aprovada” a divulgação, precisa passar pelo crivo de quem possui a legitimação para “avaliar” se nossas produções estão dentro ou fora de um determinado regime de verdades. Portanto, ao analisar com mais profundidade as movimentações dos “eventos de divulgação científica”, podemos (ou tentamos) conhecer como uma economia política da verdade opera na configuração de práticas, tais como as práticas pedagógicas.

Os entendimentos apresentados levaram-nos a considerar os eventos científicos como espaços de legitimação de determinadas regras e verdades, neste caso, sobre *o que* e *como* ensinar sobre o corpo. Buscamos examinar as estratégias, as possibilidades, os modos pelos quais professoras e professores tratam as sexualidades, os corpos e os gêneros e seus atravessamentos com a maternidade e da ação de práticas médico-moralizantes na produção do corpo. Conhecer as ações, as vivências e estratégias didáticas relatadas nos artigos subsidiaram a composição de um panorama das abordagens de tais temas na atualidade. Nessa direção, analisamos artigos publicados em dois eventos vinculados ao ensino de Ciências e de Biologia⁵, o Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC e o Encontro Nacional de Ensino de Biologia – ENEBIO. Após cada evento, são disponibilizadas as Atas ou Anais no *site* do evento com os artigos aceitos⁶. Selecionamos⁷ os artigos a partir do ano de criação e ocorrência de cada Evento até o último encontro em cada um deles. Assim, delimitamos o período do ENPEC do ano de 1997 até 2017 e do ENEBIO⁸ de 2005 até 2016.

⁵ O ENPEC foi criado em 1997 pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC. Esse evento vem desde sua criação investindo esforços na promoção e divulgação de pesquisas de cunho pedagógico vinculadas às disciplinas de biologia, ciências, química, física e matemática. O ENEBIO surge em 2005 e busca fomentar o Ensino de Biologia (e Ciências do Ensino Fundamental). Ambos têm periodicidade bienal.

⁶ Esses eventos se consolidaram no campo do Ensino de Ciências (multidisciplinar) e de Biologia. O ENPEC iniciou com 62 publicações em 1997; dez anos depois o número chegou em 601 e no ano de 2017 foram 1335 publicações. O ENEBIO iniciou com 281 publicações em sua ata no ano de 2005 e no ano de 2016 teve 699 publicações. Os dois eventos somam 10.054 artigos no período que analisamos.

⁷ A seleção dos artigos, nas páginas dos eventos, ocorreu a partir de palavras-chave, da leitura do resumo e depois da leitura, na íntegra, do artigo selecionado. Na busca utilizamos: corpo, gênero e sexualidade e selecionamos os que tratavam do Ensino de Ciências e de Biologia e que relatassem ações, experiências de docentes nas abordagens do tema. Ao todo encontramos 19 artigos que se enquadravam nas definições para a pesquisa.

⁸ Seu último encontro ocorreu no ano de 2018, no entanto, até o início de 2019, os anais ou atas do evento não haviam sido disponibilizados. Assim, analisamos somente até o ano de 2016.

A CONSTRUÇÃO DO PANORAMA

Ao proceder as análises, nos artigos selecionados, percebemos que na maioria dos artigos as narrativas dizem sobre a dificuldade de docentes em abordar os temas corpo e as sexualidades. Nestes, a dificuldade está relacionada aos tabus de lidar com preconceitos, questões morais e religiosas, de cunho polêmico ou constrangedor e de abordar, principalmente, as questões dos desejos e dos prazeres e das identidades sexuais. Para tentar lidar com tais elementos que limitariam a abordagem dos temas em sala de aula, os professores e professoras tendem a manter explicações balizadas no biológico, falando sobre o corpo a partir do entendimento de corpo como organismo (anatomia, fisiologia, genética, etc.).

Todavia, na maioria dos artigos há um entendimento de ampliar a discussão para produzir movimentos entre o biológico, o cultural e o social. Tal entendimento fica evidente na abertura dos artigos, nas justificativas e na perspectiva teórica, ou seja, no uso das autoras que trazem para discutir o texto (Helena Altmann, Guacira Louro, Judith Butler, por exemplo), além de trazerem as orientações dos antigos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1998; 2000) para a abordagem do tema “orientação sexual”. Assim, justificam a importância de produzir outros olhares, percepções sobre o corpo, os gêneros e as sexualidades, suas relações com a cultura, com a sociedade e com outras instancias sociais para além da escola.

Embora apontem na direção de ampliar a discussão, os/as docentes percebem a necessidade de “sair do puramente biológico”, mantém suas falas a partir da racionalidade médica. Assim, ao tratar da reprodução sexual no nível celular, embrionário, anatômico e fisiológico, a ampliação da discussão para o âmbito social e cultural se deu no sentido de tratar da gravidez indesejada na adolescência. As discussões centraram-se em prescrever condutas preventivas e moralizantes, minimizar os riscos de contaminação e evitar a gravidez por meio de métodos contraceptivos. Com uma abordagem pretensamente mais atual, as discussões em torno destes temas, tão significativos na e para a existência de estudantes, fundamentavam-se no conhecimento médico como verdade para controlar o corpo, as escolhas sexuais, ou seja, com “outra roupagem” a sexualidade, por exemplo, seguia sendo tratada a semelhança dos anos 80 do século passado, a partir da categorização científica, vigilância e controle para normalização.

Assim, ainda que se fale sobre a necessidade de ampliar as discussões relativas aos temas em questão, as discussões apresentadas nos artigos não debatem ou pensam na possibilidade de questionar ou pensar de outras perspectivas o corpo, mas centram-se em outros modos/metodologias para o

ensino do corpo e das sexualidades para além de metodologias ditas tradicionais. Esse é o eixo das discussões na maioria dos artigos – discutir metodologias de ensino-aprendizagem. O entendimento sobre ampliar a discussão para além do biológico centra-se na metodologia da aula, pois, segundo autoras e autores, metodologias balizadas na transmissão de conhecimentos, na memorização de nomes, estruturas e funções de órgãos e sistemas criam uma barreira entre o corpo e a sexualidade que está no livro didático ou entre o próprio conhecimento biológico e médico e o corpo e as sexualidades dos alunos e alunas. Desse modo, na tentativa de romper tais barreiras são propostas outras metodologias compostas por brincadeiras, jogos, teatros, palestras, etc. Ampliar a discussão, portanto, parece ser um movimento de fazer ligar o corpo e a sexualidade “da biologia” (abstrato) ao corpo e as sexualidades de alunas e alunos (“realidade”).

Utilizar recursos didáticos como jogos, brincadeiras, encenações faz parte de um entendimento recorrente nos artigos analisados, que entende os/as estudantes adolescentes como ativos, que gostam de atividades dinâmicas, que não se sentem atraídos ou motivados por aulas tradicionais. Há, portanto, uma universalização da noção de juventude. As metodologias “alternativas” servem como mecanismos de informação e talvez assimilação dos conhecimentos científicos, por trazerem outros modos de ensinar e aprender que estariam alinhados a essa concepção de juventude. Nessa direção, como dito anteriormente, os/as docentes relatam, nos artigos, que buscam vincular os conhecimentos científicos acerca do corpo e da sexualidade à vida dos/as estudantes. No entanto, se mantém, na ação docente, os discursos e ensinamentos a partir da racionalidade médica e biológica. O que está em discussão é a funcionalidade de metodologias lúdicas (diferentes das tradicionais) e não das experiências e falas da turma acerca de seus corpos e de suas sexualidades.

Como mencionando anteriormente, nas práticas docentes em relação a abordagem do corpo e das sexualidades, percebeu-se a manutenção de discursos e ensinamentos balizados na racionalidade médica. Tais ensinamentos, ainda que supostamente pareçam neutros – dada a sua cientificidade – estão repletos de prescrições de cunho moralizador. A moralização aparece entrelaçada e por vezes encoberta por discursos salvacionistas, preventivos e vinculados a manutenção de um bem-estar e de uma vida segura (sem doenças e sem gravidez indesejada, por exemplo.) As práticas ou prescrições médico-moralizantes operam em consonância com as práticas pedagógicas com a finalidade de governar os corpos, a partir de constantes investimentos na forma de produzir pensamentos, de ver a si e aos outros, de constituir-se sujeito das “verdades” médico-moralizantes.

Para moralizar as condutas, a partir dos conhecimentos biológico e médico, são acionadas estratégias que, em funcionamento na escola, atravessam e se articulam com o controle da família (reprodução e gravidez), a monogamia, e os perigos das doenças. A moralização visa à correção, à normalização de cada um e de todos. São exemplos desse funcionamento, quando pesquisas de docentes dizem que: “é papel da escola contribuir com a educação científica e o desenvolvimento integral do aluno em um ambiente que favoreça a reflexão a respeito dos papéis de homens e mulheres dentro da sociedade ao longo das gerações”. Que discutir sobre espermatozoides e óvulos “possibilitou a discussão de que a gravidez é um momento belo, especial, mas que precisa ter estrutura física, psicológica e financeira para acontecer de modo saudável”. Que a escola favoreça a reflexão das funções sociais de homens e mulheres. A seguir trazemos excertos de atividades desenvolvidas com turmas do Ensino Médio, que buscavam abordar a gravidez na adolescência e as infecções sexualmente transmissíveis.

Para isso proporcionamos intervenções voltadas para o controle de natalidade e formas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, almejando à assimilação dos conceitos científicos relacionados à sexualidade, por entender que é papel da escola contribuir com a educação científica e o desenvolvimento integral do aluno em um ambiente que favoreça a reflexão a respeito dos papéis de homens e mulheres dentro da sociedade ao longo das gerações (Artigo, 2012).⁹

Este filme mostra desde a “corrida” dos espermatozoides até o óvulo até o nono mês de gestação. É bastante interessante porque possibilitou a discussão de que a gravidez é um momento belo, especial, mas que precisa ter estrutura física, psicológica e financeira para acontecer de modo saudável (Artigo, 2010).

Outro artigo que exemplifica a moralização das condutas por meio da racionalidade médica, centrou-se em desenvolver atividades motivadoras com uma turma do 9º de uma escola pública do interior do estado do Paraná. Nesse estudo, foi proposto um jogo para tratar dos temas das sexualidades. A atividade intitulada “O jogo da Aids” [sic] buscou mostrar a transmissão por via sexual do HIV. Para ilustrar trazemos o excerto que explica a dinâmica do jogo:

Foi escolhido um participante que recebeu um cartão contendo no seu verso as siglas PU, sendo explicado que ele não iria participar do jogo. Foram distribuídos aos demais participantes 20 cartões brancos do tamanho de meia folha de papel ofício, sendo que em três cartões estavam, individualmente as letras C, PU e A. Os participantes tiveram 1 (um) minuto para coletar autógrafos dos demais em seu cartão. **Em seguida o aplicador do jogo solicitou que aquele que estivesse com a letra A se apresentasse, informando que o mesmo estaria com AIDS. Em seguida foi solicitado que aqueles que possuísem o autógrafo dele se apresentassem, pois todos estariam contaminados.** O significado do autógrafo na atividade representava uma possível relação sexual que obtiveram com o mesmo.

⁹ Optamos por identificar somente o ano de publicação do artigo no evento, preservando a identidade dos/as autores/as.

Posteriormente foi solicitado que os que tivessem autógrafos dos colegas contaminados também se juntassem ao grupo, pois estavam possivelmente contaminados. **Na sequência, solicitou-se que os que estivessem com a letra C se apresentassem. Os alunos com esta letra seriam os indivíduos que mantiveram relações sexuais com o uso de um método contraceptivo e de proteção de doenças, como a camisinha e comentado sobre a importância de se proteger.** No entanto, para complemento da atividade foi explicado que nenhum método é 100% seguro, mas ainda esse é o mais eficaz para a prevenção de doenças que se encontra disponível no mercado e nas redes públicas de saúde. **Finalmente, trabalhou-se com o aluno que estava com as letras PU, ou seja, o que possui parceiro único, e, portanto, está livre da Aids (levando-se em consideração que seu parceiro também o tem como único).** Após o término do jogo foi realizada uma conversa sobre sexo seguro e parceiro único (Artigo, 2016, **grifos nossos**)

Para além de mostrar como o jogo funcionou com a turma do 9º ano, as práticas discursivas que emergem de tal excerto falam da moralização das condutas por meio de pedagogias do medo. Estas pedagogias produzem ou buscam produzir pânico moral¹⁰ acerca das sexualidades perigosas. Busca-se inculcar uma ameaça a vida a partir da possibilidade do contágio com agentes infectantes, da doença e da marginalização de condutas que práticas sexuais, entendidas como perigosas, produzem na vida de cada um e de todos. Ainda que o artigo tenha sido produzido em 2016, esse tipo de prática sobre cuidado, comportamento sexual perigoso, pânico moral já fez parte de campanhas “educativas” promovidas pelo Ministério da Saúde, em 1991. Sob o *slogan* “Se você não se cuidar a AIDS vai te pegar”, o anúncio, televisionado em várias emissoras, trazia atores e atrizes que diziam ter tido uma determinada doença como câncer, sífilis e tuberculose e que tiveram cura. O último ator dizia ter AIDS e não ter cura. Assim, a mensagem que fechava a propaganda dizia que “nos próximos dias, nos próximos meses, no próximo ano milhares de pessoas vão pegar AIDS e vão morrer! Se você não se cuidar a AIDS vai te pegar!”¹¹.

Nessa direção, mesmo após duas décadas e inúmeras ações de enfrentamento ao preconceito e aos estigmas vinculados a pessoas portadoras de HIV, o jogo que envolveu alunos e alunas, nessas aulas de ciências, apresenta continuidades nas práticas discursivas. Transformam, por exemplo, o HIV e a AIDS em sinônimos, produzem o “problema” de ter múltiplos(as) parceiros(as) como o risco

¹⁰ O pânico moral surge a partir de supostas ameaças que colocariam em risco um ordenamento historicamente estabelecido. A pesquisadora Carla Machado dirá a partir dos estudos de Cohen que os pânicos morais ocorrem quando um grupo de pessoas ou seus comportamentos são definidos como um risco aos valores e interesses sociais hegemônicos; o suposto risco é difundido, estilizado e estereotipado pela mídia. Há formação e fortalecimento de barreiras morais; são eleitos peritos socialmente acreditados que farão diagnósticos e apresentarão soluções para a ameaça; formas de lidar com o estresse social são desenvolvidas ou atualizadas; por fim, busca-se que a ameaça desapareça, submerja ou deteriore-se e torne-se menos visível (COHEN, 1987 *apud* MACHADO, 2004). No caso brasileiro em relação ao pânico moral criado a partir da abordagem dos temas relativos aos gêneros e as sexualidades na escola sugiro a leitura da pesquisa de Miskolci e Campana (2017).

¹¹ O anúncio está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lc_sbLoqgRE. Acesso em: 01 set. 2020.

maior de contrair doença, pois nenhum método preservativo é 100% seguro e a forma mais eficaz para estar livre da AIDS, ou como dizia o comercial de 1991, para a “AIDS não te pegar” é ser monogâmico. Na campanha de 1991 podia-se inferir que quem fosse contaminado com o HIV morrerá. Não se discute como se cuidar. No artigo de 2016, não está em jogo o tratamento para o controle da multiplicação do vírus ou que pessoas com carga viral baixa não transmitem o vírus. As possibilidades de outras perspectivas e de outros finais para quem se infecta não está dito e não é discutido. Diante disso, a análise mostra que ensinar através da pedagogia do medo parece ser mais efetivo, em termos de prevenção, do que ensinar e discutir que há possibilidade de tratamento para HIV/AIDS e que pessoas com HIV vivem, trabalham, têm vida sexual, filhos, etc. Para além de impor o medo, há também um encaminhamento ou uma tentativa de controlar e conduzir as condutas de estudantes a partir de uma estratégia salvacionista regida pela condição de que quem possui parceiro único está livre da AIDS.

Em vista disso, buscamos mostrar que práticas discursivas em funcionamento no Ensino de Ciências e de Biologia articuladas às verdades da medicina atuam como ações moralizadoras das condutas ao inscreverem modos “corretos” de vivenciar a sexualidade. Assim, tal como Souza (2001) nos fala, não se está condenando as técnicas e os procedimentos desse campo de saber, mas chamando a atenção para os efeitos que produzem, muito além de ensinar um determinado conteúdo, neste caso, a transmissão sexual do HIV, vem se moldando e constituindo modos de ser e estar sujeito a esses discursos moralizantes. A respeito do uso do conhecimento e do papel de docentes de Ciências e de Biologia, Souza (2001, p. 146) nos dirá que atuam como “agentes pastorais, que se utilizam de mecanismos para, ao conhecerem o corpo humano, conduzirem a salvação do ‘rebanho’ por meio do conhecimento científico”.

Para Foucault (DREYFUS; RABINOW, 1995), o poder pastoral fez parte das tecnologias do poder cristão que foram transformadas e integradas à constituição do Estado moderno, desde o século XVIII, quando se multiplicaram os seus agentes. O poder pastoral é uma forma de poder que busca a salvação de cada um para a salvação da alma (no outro mundo) e uma ação coletiva mediada pelo sacrifício para a salvação do rebanho. Essa tecnologia orientava suas ações para o cuidado de cada um e de todos e, para tanto, era preciso conhecer as mentalidades, as consciências para então poder dirigi-las. Tal poder não desapareceu, mas se transformou, atuando para a salvação neste mundo, através de práticas relativas à saúde, ao bem-estar, a educação escolar, etc., todas vinculadas à majoração da vida, atuando como reforço administrativo do governo de Estado. No caso, dos artigos analisados, por exemplo, a salvação ocorrerá neste mundo, pois, se estudantes aprenderem e souberem

se prevenir, não pegarão AIDS, portanto, viverão. Há também a salvação do rebanho através do autocuidado, no uso de preservativo, e sobretudo, em se ter somente um parceiro sexual. Através do conhecimento científico e da ação docente, não mais das escrituras cristãs e do pastor, há a possibilidade de conduzir as consciências e os comportamentos para uma sexualidade educada, correta, segura e moralizada neste mundo.

Como conhecer as mentalidades? Como saber os pensamentos de adolescentes para a “salvação” de cada um e de todos? No caso dos artigos, as técnicas empregadas foram a caixinha de perguntas e o questionário anônimo. Através dessas tecnologias cria-se uma “realidade” sobre a juventude a partir da enunciação de suas condutas, dos seus pensamentos confessados em pequenos bilhetinhos, marcando com um x ou respondendo a um questionário. A partir dessa “realidade” investem-se ações individuais e coletivas capazes de guiar e transformar consciências.

Outro exemplo da criação dessa “realidade” e dos investimentos moralizantes a partir das técnicas de fazer falar foi visto em um dos artigos examinados que trabalhou as questões das sexualidades e suas relações com a saúde. O problema do artigo constituía-se na transmissão do Vírus do Papiloma Humano – HPV e o câncer de colo de útero. O estudo foi desenvolvido na disciplina de Biologia com estudantes do último ano do Ensino Médio. Participaram do estudo 123 estudantes de uma escola pública localizada no município de São Gonçalo - RJ. Foi aplicado um questionário anônimo com perguntas sobre os conhecimentos acerca dos temas como o uso de preservativos, as DSTs¹², os métodos contraceptivos. Contudo, a principal preocupação do artigo centrou-se na constituição familiar de estudantes, por exemplo, havia perguntas que buscavam saber se os pais e mães eram casados ou divorciados e se coabitavam. Para ilustrar trazemos um excerto do artigo:

Os resultados mostraram que com relação ao estado civil, 86% se **declararam solteiros**, embora apenas 76% morarem com os pais e **66% já terem iniciado vida sexual**. O fato de se declararem solteiros e já ter iniciado vida sexual, pode caracterizar uma maior **liberdade sexual e maior probabilidade de mudança de parceiros; o que é o principal fator de risco para aquisição da infecção por HPV** [...] neste mesmo contexto chama atenção o **fato de 45 % dos pais não morarem juntos. O que mostra famílias cada vez mais instáveis e a maior troca de parceiros; um reflexo da moral sexual vigente**, que se tornou menos restritiva ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos, pelo menos nas camadas urbanas. [...] Importante destacar que a ideia de **ser casado**, dê teoricamente uma ideia de imunidade em relação às DST, não se constitui uma verdade absoluta, por não ser o casamento, um obstáculo à multiplicidade de parceiros. **O fator relevante para DST em geral e o câncer de colo uterino nas mulheres é o número de parceiros sexuais** (Artigo, 2009, **grifos nossos**).

¹² Atualmente, a terminologia utilizada é Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs. Utilizamos a terminologia antiga DSTs ou Doenças Sexualmente Transmissíveis, pois, assim constava nos artigos analisados.

É possível ver que o estudo estabelece uma relação direta entre parceiro único, casamento e saúde/doença. Por meio de técnicas de fazer falar, investiu-se no reconhecimento/legitimação do casamento. Além disso, há uma relação entre os pais (pai e mãe) coabitarem e a moralidade sexual. Há também uma articulação entre liberdade sexual feminina com o perigo, não mais vinculado a uma moralidade cristã, mas ao perigo da doença. Essa relação entre o exercício da sexualidade, o casamento e a constituição familiar advêm, segundo Foucault, do século XIX. A esse respeito, Dreyfus e Rabinow nos dizem que:

Até o final do século XVIII, os principais códigos legais do Ocidente centravam-se neste dispositivo de aliança: um discurso particular sobre o sexo articulado as obrigações religiosas ou legais do casamento como os códigos de transmissão da propriedade e dos laços de sangue. Estes códigos criaram estatutos, permitiram e proibiram ações e constituíram um sistema social. Através do casamento e da procriação, o dispositivo da aliança foi ligado à troca e a transmissão da riqueza, da propriedade e do poder (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 187).

Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), no século XIX, de acordo com Foucault, há um importante movimento, que atualiza os discursos religiosos e dá lugar para o conhecimento médico, sobretudo, a partir do entendimento ou de um saber médico que tornava o sexo um ente que está no corpo. Haveria, por exemplo, uma medicina para o corpo e uma medicina do sexo. Assim, produzia-se a partir de novos conhecimentos sobre órgãos como o útero e os ovários, os fluxos – enfim, todo um novo saber médico que produziria/explicaria a normalidade, a anomalia, os processos patológicos ou enfermidades vinculadas ao sexo. Segundo os autores, Foucault, “através destas rupturas ‘científicas’, a sexualidade foi ligada a uma forma poderosa de saber e estabeleceu uma conexão entre o indivíduo, o grupo, o sentido e o controle” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 187).

Dessa perspectiva, as enunciações sobre casamento tradicional, parceiro único e constituição de família, que apareceram nos artigos analisados, podem ser considerados elementos de um dispositivo da sexualidade. Segundo Foucault (2015), o dispositivo da sexualidade atua desde o século XIX, impregnando o corpo da mulher de sexualidade e nesse caso o parceiro único operaria como controlador e ainda o casal procriativo atuaria como um ponto chave para a manutenção da moralidade sexual. Nesse sentido, o artigo que examinamos, ensina muito mais que “conteúdos”, mas a partir de práticas discursivas das ciências médicas produz, ou busca produzir, um tipo específico de sujeito moralizado, higienizado e eugênico¹³.

¹³ Foucault nos dirá que a “eugenia pode ser entendida nesta perspectiva. Entretanto, nem todas as ciências que surgiram para lidar com a sexualidade humana assumiram este papel de controle biológico. Foucault aponta que, principalmente em seus primórdios, a despeito do seu papel normalizador posterior, a psicanálise demonstrou uma resistência persistente

Por que conhecer as formas pelas quais se ensina e se aprende certos conteúdos na disciplina de Biologia importa? Na perspectiva foucaultiana, desde a modernidade, o conhecer a si para cuidar de si está imbricado ao processo de governamentalidade, rede de mecanismos de governo das condutas implicadas no governo de si pela verdade do outro, não havendo espaço para liberdade. Para pensar o governo de si numa outra direção, na cultura grega clássica, Silvio Gallo (2006) nos dirá que:

O princípio moral do cuidar-se era tomado como a base mesma da ação política. Em outras palavras, havia como que uma submissão da ética à política, isto é, a condução de si era a base da condução dos outros, da condução da cidade. Era preciso aprender sobre si mesmo, cuidar de si mesmo, para que fosse possível dedicar-se a cuidar dos outros, conduzi-los (GALLO, 2006, p. 183).

Nesse sentido, ao pensar a educação como uma maquinaria de governo, ou seja, de condução das condutas (governo das mentalidades), de acordo com os artigos analisados, a ação docente não promove uma construção ética¹⁴ dos sujeitos (estudantes). As práticas docentes estão assentadas em saberes externos vinculados à produção de tipos específicos de sujeitos atrelados na manutenção das normas sociais. Tal condição foi evidenciada quando a maioria dos/das docentes diz acreditar na emancipação (libertação) de estudantes por meio da educação “da” sexualidade. No entanto, não há produção de liberdade, há atualizações do disciplinamento. A disciplina se opõe à liberdade, uma vez que na disciplina há um processo de assujeitamento pelas verdades dos outros, não dando espaço ou condição para um autoconhecimento ético. Nessa direção, não somente os alunos e alunas seguem sendo governados, mas os professores e professoras também se constituem como sujeitos disciplinados, sujeitos a (de) determinados discursos, por exemplo, médicos, morais, religiosos, etc. Não há como produzir liberdade sem ser livre. Nesse caso, Gallo (2006) nos diz que enquanto educadores/as torna-se necessário:

Adestrar-se a si mesmo, construir-se como educador, para que possa educar, isto é, preparar ao outro para que adestre-se (SIC) a si mesmo [...]. Precisa emancipar-se a si mesmo, para que sua atividade docente possa ser um ato de emancipação e não de embrutecimento. Apenas emancipado, exercitado em si mesmo, o educador poderá estar apto para um processo de subjetivação que insista em que cada um eduque-se a si mesmo. (GALLO, 2006, p. 188)

Dessa forma, criam-se condições para a produção de uma educação ética, quando docentes conhecem e agem sobre si mesmos (para cuidar de si) e investem para que o outro conheça, aja e

e corajosa a todas as teorias da degenerescência hereditária. De todas as tecnologias médicas desenvolvidas no sentido de normalizar o sexo, ela foi a única que, de fato, resistiu a este biologismo” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 189-190).

¹⁴ Ética, no sentido foucaultiano, de pensar e agir sobre si mesmo a partir das experiências de vida e de um autoconhecimento cujas verdades vão sendo adquiridas no viver de cada um, portanto “livres” e não presas às verdades externas dos mecanismos disciplinares, aos saberes médico-pedagógicos, por exemplo (FOUCAULT, 2006).

cuide de si. A docência ética pode constituir-se na reciprocidade de ações de cuidado. Para tanto, é preciso que docentes conheçam os processos que os subjetivaram (pela sujeição). Dito de outra forma, a proposta é pensar como se criou está suposta identidade “da professora ou do professor de Ciências e de Biologia” que ensina de uma maneira, que “precisa” ensinar certos conteúdos e não outros, que opera como porta voz de discursos médicos e moralizantes. Enfim, um importante passo para sermos menos governados e governarmos menos está em conhecer a si.

No sentido de conhecer algumas das práticas implicadas na produção do modo como se aborda o corpo em articulação com as sexualidades e os gêneros e suas relações com a procriação e a maternidade no Ensino de Ciências e de Biologia, apresentamos a seguir as análises e discussões do *Livro das mães: noções de puericultura*.

OS RASTROS DO PASSADO: O ENSINO DE PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DOCENTE

O livro das mães: noções de puericultura foi direcionado aos cursos de formação como livro didático auxiliar da disciplina de Biologia Educacional¹⁵. Nesse livro são veiculadas práticas médico-pedagógicas de caráter higienista e moralizante, acerca da primeira infância e da maternidade, para a formação de docentes do Ensino Primário no final da década de 30 do século passado. Segundo Dayse Hora (2000):

A proposta higienizadora da reforma encontra na disciplina Higiene e Puericultura a base da difusão escolar dos princípios da vida sadia. Higienizar era moralizar. O controle do corpo abrangia o corpo físico e o corpo social. O discurso médico preconizava a transmissão de noções de higiene para emancipação, evitando degradação física ou moral (HORA, 2000, p. 183).

O guia materno *O Livro das Mães: noções de puericultura* possui 234 páginas divididas em 19 capítulos que versam sobre conceitos de anatomia e fisiologia do corpo humano, passando por primeiros cuidados com o recém-nascido (cuidados com unhas, ouvidos, olhos, cordão umbilical, assaduras, etc.), higiene materna e infantil, amamentação, alimentação natural e artificial, educação da criança, noções sobre doenças infantis e estatísticas mundiais sobre natalidade e mortalidade

¹⁵ Ao final da década de 1930, a disciplina Biologia Educacional foi institucionalizada nos currículos de formação de professoras para as escolas primárias. A Biologia Educacional trazia um caráter mais técnico e prático dos conhecimentos biológicos para a formação docente. Dentre os conteúdos abordados nessa disciplina estava a puericultura. *O Livro das mães: noções de puericultura* funcionava, portanto, como material didático do Curso Normal. Sugerimos a leitura da tese

infantil. De forma prescritiva, o livro se coloca a serviço de um ideal de sociedade, no qual os princípios de melhoramento da raça e da população precisavam ganhar corpo na opinião pública.

A difusão das práticas médicas para o melhoramento da população, por meio do livro, visava a atingir o maior número de pessoas, ou seja, não seria direcionado somente às futuras professoras, mas para as mulheres que pretendiam ter filhos, bem como as que já haviam tido. Nessa direção, o livro traz um linguajar “menos científico”, o que o tornava mais acessível para aquelas mulheres que não estavam familiarizadas com as ciências médicas. A intenção de ser um manual para a maternidade – mesmo sendo constituído por saberes médicos –, que se apresenta de forma prática e de fácil leitura, vai aparecer no prefácio do livro. Na escrita, os autores dizem que o manual tem caráter prático e científico, portanto, serviria tanto para as alunas das Escolas Normais que, se subentende, têm convivência com termos científicos, quanto para as mães em geral, haja vista a clareza e a didática do livro.

Um exemplo da clareza nas prescrições aparece dentre tantas outras no capítulo *Técnicas de amamentação*. Este capítulo é antecedido pelo capítulo que trata do processo de lactação, da quantidade de nutrientes do leite, do leite fraco, etc. Após a explanação sobre os índices nutricionais do leite materno, os autores prescrevem a forma correta para a amamentação. Para ilustrar trago o excerto abaixo:

Logo após o parto, a mulher precisa de repouso completo. [...] não dará de mamar antes de passadas 24 ou 48 horas. Que a criança se contente, quando demonstrar muita fome, com algumas colheres de chá (erva-doce, camomila, chá preto), adoçado de preferência com sacarina. [...] Nas horas que se seguem após o repouso, o recém-nascido será posto ao seio duas a três vezes; no dia seguinte, quatro a cinco vezes; depois seis ou sete vezes. [...] o espaço das mamadas será de três horas [...]. A permanência no peito não deverá ultrapassar de vinte minutos [...]. Se a secreção é abundante, um seio bastará, em cada mamada. Haverá, nesse caso, a precaução de alternar os seios, isto é, dando-se, por exemplo, a uma hora, o direito, dar-se-á, na seguinte, o esquerdo, e assim por diante (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933, p. 69-70-71).

A partir do excerto acima, tanto as futuras professoras que possuem maior contato com os saberes médicos, quanto as mães letradas saberão que é preciso amamentar e que há uma forma correta para isso. Já aquelas mães analfabetas, pouco letradas ou sem acesso ao manual poderiam ser atendidas nos centros/laboratórios de puericultura¹⁶ das Escolas Normais. Lá, elas encontrariam apoio das estudantes normalistas em fase de formação e dos seus professores (médicos) que as ensinariam a “arte de criar seus filhos” (ALMEIDA JUNIOR, MURSA, 1933, p. 225). A professora, após sua

¹⁶ Ver o capítulo IV do livro *A biologia necessária: formação de professoras e escolas normal* (VIVIANI, 2007).

formação, levaria os princípios da medicalização da maternidade para os mais distantes lugares, difundindo mais ainda tais ideais. Nesse sentido, o manual materno mostra como a maternidade estava alicerçada num projeto de medicalização social ao agir sobre cada mulher em suas especificidades ao mesmo tempo que agia sobre todas.

A higienização, a moralização, a medicalização das maternidades e a proteção das infâncias constituíam parte das estratégias biopolíticas para o melhoramento da saúde das famílias e através delas da população. A esse respeito Maria Izilda Matos (2000) vai dizer que:

A maternologia vinculava-se às ideias higiênicas e redentoras da maternidade e da proteção à infância. Através dela, fala o saber médico, construía um discurso e uma prática que tinham na criança e na mãe os elementos centrais, incorporando elementos da puericultura e da pedagogia. A intervenção médica visava mais diretamente às famílias pobres, que precisavam ser educadas física, higiênica e moralmente. Assim, as campanhas profiláticas e educativas foram encaminhadas de diferentes formas, e a partir dos anos 20 concretizaram-se nos centros de saúde, que passaram a privilegiar o atendimento de crianças e mães. Nesses centros, eram difundidos os cuidados sanitários, de higiene e nutrição que as mães deveriam ter no lar, para si e suas crianças (MATOS, 2000, p. 82).

62

Nos centros educacionais de puericultura, as alunas do Curso Normal atuavam instruindo as mães sobre aleitamento, higiene da criança, etc. (VIVIANI, 2007). Por isso, a importância de capacitar as normalistas acerca dos conhecimentos biológicos e sobre a maternidade na disciplina *Biologia Educacional*. Nessa direção, o manual de puericultura pode ser visto como um arquivo, um documento que não só conta uma história, mas que serve para conhecer a teia de relações que permitiram difundir ações para as infâncias pobres, as mulheres, o casamento e as famílias através da maternidade.

A constituição do sujeito mãe e a preocupação com a maternidade tem história, ou seja, é produzida e transformada num tempo e num espaço a partir de determinadas formas de pensar e viver das sociedades. Nesse sentido, Elisabeth Badinter (1985) discute a maternidade e o amor materno, mencionando que, antes do século XVIII, nas famílias aristocratas, o cuidado/criação com o recém-nascido ficava a cargo da ama de leite. As amas, também mães, deixavam a função de amamentar seus filhos para outras mulheres, ainda mais pobres. As crianças das famílias ricas retornavam para as suas casas por volta dos oito anos de idade. Ao retornarem, as crianças seriam educadas em internatos para meninos e conventos para as meninas. A noção de convívio familiar, de construção de afeto e de amor maternal se dá por uma série de investimentos políticos-moralistas na segunda metade do século XVIII. Essa mudança, segundo a autora, se deve aos grandes índices de mortalidade

infantil e, sobretudo, quando as perdas passam a importar para a administração do Estado. A autora refere que:

O novo imperativo é, portanto, a sobrevivência das crianças. E essa nova preocupação passa agora à frente da antiga, a do adestramento daquelas que restavam após a eliminação das mais fracas. As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade. Para operar esse salvamento, era preciso convencer as mães a se aplicarem às tarefas esquecidas. Moralistas, administradores, médicos puseram-se em campo e expuseram seus argumentos mais sutis para persuadi-las a retornar a melhores sentimentos e a "dar novamente o seio". Parte das mulheres foi sensível a essa nova exigência. Não porque obedecessem às motivações econômicas e sociais dos homens, mas porque um outro discurso, mais sedutor aos seus ouvidos, esboçava-se atrás desse primeiro. Era o discurso da felicidade e da igualdade que as atingia acima de tudo (BADINTIER, 1985, pp. 145-146).

Para Badintier (1985), a criança e a maternidade serão investidas por um discurso econômico e político e sua difusão social será veiculada pelos discursos moralizantes, principalmente aos vinculados à felicidade, à igualdade social entre homens e mulheres na sociedade. A mulher ascenderia socialmente ao ser mãe, não no nível reprodutivo tal como nos séculos anteriores, mas por ser responsável pela criação dos filhos e pela manutenção da família. A respeito da ascensão social que a maternidade traria às mulheres da classe média, a autora diz que:

Não foi certamente por acaso que as primeiras mulheres a escutar os discursos masculinos sobre a maternidade foram burguesas. Nem pobre, nem particularmente rica ou brilhante, a mulher das classes médias viu nessa nova função a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação que a aristocrata não buscava. Ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos, a burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves, que detinha há muito tempo (poder sobre os bens materiais da família), acrescentava o poder sobre os seres humanos que são os filhos. Tornava-se, em consequência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada a "rainha do lar" (BADINTIER, 1985, p. 221).

Esse novo modelo de relações entre homens e mulheres, na relação familiar, produziu efeitos nos casamentos. Segundo Badintier (1985), ocorreu uma mudança no nível dos casamentos, pouco a pouco deixando de serem arranjos entre duas famílias e tornando-se atrelado ao afeto, sobretudo nas classes mais pobres. Isso não significa que o modelo do casamento por interesses entre famílias foi abandonado, mas ocorreu a tentativa de conciliar interesses e liberdades individuais na escolha do cônjuge. Nesse novo modelo, a verdade que está posta é o modelo do casal companheiro e feliz. Assim, a mulher não será somente a "mãe biológica", mas imbuída por discursos moralizantes será investida pela ternura, pelo afeto, pela abnegação e pelo amor para criar seus filhos e filhas. Tal

investimento ocorre na relação de proximidade com a prole, sobretudo, a partir do cuidado e do aleitamento (BADINTIER, 1985).

Tais circunstâncias, geram investimentos na configuração da família e no papel da mulher-mãe a partir da maternidade. No *Livro das mães: noções de puericultura*, as intervenções vão ocorrer através, especialmente, de práticas médico-moralizantes que, imbricadas às práticas escolares, direcionam-se ao controle do corpo e da sexualidade. No livro, essas práticas vão colocar o biológico a serviço do político a partir do conhecimento biologizante. A politização do biológico ocorrerá, de forma geral, a partir da maternidade e de forma mais contundente a partir do aleitamento. Não é sem motivos que grande parte das prescrições do livro gira em torno da amamentação. Assim, a contribuição social das mães não está somente na procriação, mas nos cuidados com as crianças, que refletirão na família e posteriormente na população.

A amamentação, no manual materno, não se restringe à questão da boa alimentação ou dos benefícios nutricionais do leite para a criança. Há uma condição que extrapola o orgânico e passa a atuar na moralização das condutas da mãe, a partir da relação de cuidado, ou seja, o cuidado é uma ação sobre o meio que articula a alimentação natural, os laços afetivos e a constituição familiar.

Portanto, a ação sobre a maternidade efetiva-se ao agir sobre o biológico e as condutas. Para ilustrar tais ações moralizadoras que atuam no manual materno, trago o excerto abaixo.

A AMAMENTAÇÃO MATERNA E A FAMÍLIA: Sem assíduo cultivo, não existe afeição profunda entre mãe e filho. É no íntimo contato da amamentação que se fortalece o amor materno e se gera o amor filial. A mãe que abandona a outrem o privilégio de amamentar o filho, ou para comodidade sua, lhe dá alimentos artificiais, cava para si e a criança um grande abismo, depois difícil de transpor. Mais tarde, em lugar da profunda e indestrutível amizade recíproca, o mais belo sentimento da natureza humana, haverá apenas descaso e frieza, especialmente, por parte do filho, que pagará com a indiferença o pouco zelo da mãe [...]. É no íntimo contacto da amamentação que se fortalece o amor materno e se gera o amor filial (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933, p. 51).

No manual materno, a medicalização do social irá investir, sobretudo, sobre a constituição das famílias por meio dos exames médicos pré-nupciais. Assim, nos últimos capítulos do livro, após serem tratadas questões voltadas à saúde materno-infantil, as melhores formas de amamentação, o enxoval para o recém-nascido, os banhos, etc., os autores dedicam todo um capítulo ao bom casamento, prescrevendo inclusive a melhor idade para os noivos. A título de exemplo trazemos o excerto abaixo:

Platão aconselhava ao homem, para casar-se, a idade de 20 a 30 anos e, para a mulher, a de 19 a 25 anos. A luz da ciência moderna, tais proporções continuam ainda as melhores. Muito precoce, o casamento encontra os esposos mal

desenvolvidos, tanto física como moralmente, para as graves responsabilidades da procriação e da educação dos filhos [...]. Se a união é tardia, o organismo de um e de outro cônjuge terá já perdido aquele viço pujante que assegura descendentes sadios: na mulher, não haverá a necessária plasticidade orgânica para adaptar-se às circunstâncias do primeiro parto (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933, p. 204).

Para além da idade dos noivos, os autores também tratarão dos problemas da consanguinidade, das doenças como a sífilis e dos exames pré-nupciais:

A sífilis é a mais frequente [moléstia] e a de mais funestos efeitos. O aborto, a natimortalidade, a procriação de idiotas, débeis, disformes, etc., são as tristes consequências dessa temerosa moléstia, criminosa ou inconscientemente trazida pelos pais. Ninguém, homem ou mulher, deveria casar-se, antes de **obter autorização do médico, depois de exame rigoroso** (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933, p. 206, **grifos nossos**).

No *Livro das mães: noções de puericultura*, os autores farão discussões aprofundadas e de forma reiterada vão mostrando a função da medicina, na sociedade, a função biopolítica da procriação para a melhoria da população. A respeito da função da medicina, Foucault vai dizer que:

A medicina não deve mais ser apenas um corpus de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do homem não doente e uma definição do homem modelo. Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive (FOUCAULT, 1977, p. 39).

A finalidade da intervenção médica nos processos procriativos visava a garantir uma prole saudável. Para tanto, foi necessário moralizar o biológico a partir de um código de condutas “mais ou menos” estabelecido, o qual definirá sujeitos e condutas como boas ou ruins/más. Nesse sentido, a gestação e o parto, por exemplo, são condições biológicas, que, através de práticas moralizadoras, foram categorizadas como perigosas, saudáveis, boas, ruins e que mudam em cada época e sociedade. Da mesma forma, na maternidade, categorias como a mãe afetuosa, a mãe com depressão pós-parto, a boa mãe, a mãe má são classificações moralizadoras que encontram explicação biológica, seja pela falta, excesso ou equilíbrio hormonal dos instintos maternos, por exemplo. Com isso queremos dizer que o biológico ou os discursos biologizantes operam como estratégias para a moralização das condutas que incidem diferentemente nos gêneros.

Para Stepan (2005), a eugenia reprodutiva, na América Latina, operou a partir da fertilidade feminina, nesse sentido, a seleção dos bons genes, a gravidez sadia e os cuidados com a criança se articulavam em um conjunto de normas e prescrições culturais vinculadas ao progresso da Nação. Dessa forma, a partir de estudos de Maria Freire (2008), é possível inferir que investir na saúde da

família e na educação das mulheres constituía uma ferramenta biopolítica vinculada aos ideais nacionalistas do início do século XX. O problema da prole sadia tinha como principal problema, segundo Almeida Junior e Mursa (1933), a mortalidade infantil, o que criava a necessidade de instruir cientificamente as mulheres acerca da maternidade. Os autores, ao discutirem as taxas de mortalidade infantil em outros países e compará-las ao Brasil, vão dizer que as principais medidas para o progresso da Nação, no que tange às mulheres, é a instrução para a boa maternidade. Em alguns momentos do livro os autores sugerem que deveriam ensinar sobre maternidade para as meninas a partir dos 11 anos de idade.

A educação da maternidade funcionava como uma medida de higienização das condutas, que atuaria de forma preventiva, agindo sobre o meio (evitando a mortalidade infantil, por exemplo); já os exames pré-nupciais operavam também como medidas eugênicas negativas, ao impedirem o casamento daqueles entendidos como degenerados. Segundo Stepan (2005), no Brasil, a introdução da obrigatoriedade de tais exames foi sugerida primeiramente por Renato Kehl em 1918, na Sociedade Eugênica de São Paulo. Para a autora, os eugenistas defendiam tal exame por ser o mais eficiente método para a retirada dos degenerados, principalmente os sífilíticos, alcoólatras e tuberculosos. No guia materno, os autores, ao discutirem os problemas relacionados ao casamento, tais como as idades dos pretendentes e a consanguinidade, vão falar também do exame pré-nupcial. A discussão de tal exame vai no sentido de investigar, nos nubentes e em suas famílias, doenças como a sífilis, a tuberculose, o alcoolismo e o que chamam de doenças nervosas. O exame médico pré-nupcial atua como uma ação moralizante que se utiliza do biológico para prescrever formas de condutas (moralização). A prescrição busca incutir uma responsabilidade individual – em cada pessoa que pretende casar-se, por exemplo – que terá efeitos sobre o coletivo. Para exemplificar como os autores do manual materno fazem essa mediação entre o biológico e o moral e entre o individual e o coletivo, trago um excerto que trata do exame pré-nupcial.

EXAME MÉDICO PRÉ-NUPCIAL: já está entrando nas leis de alguns países a exigência de exame médico, antes do casamento. Quando esta prática generalizar-se, uma grande fonte de sofrimento se estancará; descera o número de abortos, de nascimentos inviáveis, de defeituosos, tarados e débeis. Esperemos que a clarividência de nossos legisladores estatua o mais cedo possível, no Brasil, essa lei providencial, depois de se haver preparado o espírito do povo, pela propaganda e pela educação. Enquanto ela não existe, que cada um, espontaneamente, se decida a cumprir o dever que lhe impõem a honra e a humanidade, sujeitando-se, para casar-se, ao exame e a autorização do médico (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933, p. 206-207).

O exame pré-nupcial não era defendido somente pelos médicos, mas também por advogados, juristas, jornalistas, educadores, porém, seriam os médicos os profissionais que tomam para si a responsabilidade de tal exame. A título de exemplo, a tese de livre docência de Almeida Junior, em 1927, tratava especificamente do exame pré-nupcial. Segundo a pesquisadora Priscila Peixoto (2017), Almeida Junior considerava que o homem moderno não deveria deixar-se levar pelos instintos quando se tratava do casamento, este deveria seguir aconselhamento médico. A preocupação com o casamento não medicalizado será exposta no *Livro das mães: noções de puericultura*, no capítulo de fechamento do livro intitulado *Estatísticas Vitais*, que traz um estudo minucioso acerca da mortalidade infantil vinculada às questões eugênicas e higiênicas. Os autores dirão que grande parte da mortalidade infantil era ocasionada por uma prole fraca gerada por indivíduos inferiores e doentes, bem como por fatores ambientais dos lugares onde as crianças nasciam e eram criadas.

Assim, os exames pré-nupciais operavam como uma estratégia do biopoder, de gestão da vida pelo Estado, ou seja, assentavam-se nos saberes médicos e atuavam tanto no nível disciplinar, controlando (disciplinando) o corpo do indivíduo, quanto no nível dos fenômenos populacionais, agindo sobre o ambiente (educação) e sobre os eventos biológicos (procriação, natalidade, mortalidade). Nessa direção, a escola atuou como uma instituição legitimada e usada para centralizar e divulgar informações, prescrever e normalizar condutas, enfim, tornou-se um espaço de produção e dispersão, no social, de saberes médico-pedagógicos que incidiriam sobre a vida da população com a finalidade de seu controle. Assim, as práticas médico-higienistas em articulação com as práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que produziam alunos e alunas, configuravam um modelo de escola e de educação na época. Esse modelo de escola e de ação pedagógica, pelo viés da medicalização, atuavam como ferramentas para normalizar corpos, subjetividades e condutas.

Desse modo, o manual de puericultura e a professora ou futura professora normalista tornavam-se agentes do biopoder, tendo como alvos as crianças e as famílias. No caso do manual de puericultura e da professora primária os enunciados da medicina se articulavam com enunciados da escola, dando condições para o aparecimento de categorias (interseccionais) de sujeitos: a professora cuidadora, a mulher-mãe, a criança higienizada, a família eugênica. Para Matos (2000), a educação feminina adquire uma função central para a medicina entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A mulher educada por meio de preceitos médico-higienistas se constituiria “num agente familiar da higiene social, deveria tornar-se o baluarte da moral da sociedade e, dessa forma, as normas médicas deveriam ser transmitidas pelas mães às suas filhas a partir da adolescência e puberdade” (MATOS, 2000, p. 80). Portanto, se a mulher-mãe se torna um agente normalizador no

âmbito familiar, a criança assume o posto de esperança social para a melhoria da população e da Nação.

Segundo Matos (2000), os discursos médicos da culpabilização das mães pela mortalidade infantil eram recorrentes naquela época, produzindo a necessidade de criar e educar para a maternidade. Para tanto, foi necessário que o biológico entrasse na lógica política, pois tal como aparece no manual materno, a mulher que se torna mãe é instintivamente (evento biológico) tomada pelo amor, pela abnegação e pelo cuidado. No entanto, tais instintos não bastariam para que fosse gerada uma prole saudável e útil para a gestão do Estado, haveria a necessidade de se ensinar a mulher a ser mãe pelo conhecimento médico-científico. A culpabilização materna aparecerá em diversos momentos na escrita do manual de puericultura em análise, a redenção das mães seria por meio do aleitamento, da alimentação adequada das crianças, do asseio dos filhos, sua presença constante em casa e pelo interesse em aprender sobre como ser uma boa mãe.

Nesse sentido, ainda no prefácio do manual de puericultura os autores falarão em cooperação entre a educação sanitária, a escola e as famílias para que seja resolvido “o problema da ignorância em higiene na primeira infância” (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933, p. 11). Os autores dirão, ainda, que não cabe ao Estado somente ensinar a ler e escrever, como forma de melhorar a população, seria necessária a difusão científica, sobretudo para as mães e futuras mães, das práticas medicalizadas de criação dos filhos, tal como ilustra o excerto abaixo:

O Estado julga-se no dever de procurar, até no recesso das matas, o futuro cidadão, e, seja ou não do agrado deste, ensinar-lhe a garatujar a assinatura, na ata eleitoral, para que a soberania popular se manifeste em toda a sua plenitude; mas esquece de divulgar, entre as mães atuais e futuras, os princípios que fariam florescer criaturas sadias e robustas, que enriqueceriam a nação com energias de toda a espécie, aumentando-lhe a eficiência física e moral e poupando-lhe mais de metade do sacrifício prematuro de vidas (ALMEIDA JUNIOR; MURSA, 1933, p. 10).

A professora primária da zona rural (destino de grande parte das normalistas) foi convocada a tornar-se a “pastora” de seus alunos e alunas, ao conhecer as suas necessidades e do meio rural, transmitir e prescrever as verdades ligadas aos discursos científicos presentes nos livros analisados, com a finalidade de salvá-los, neste mundo, e a Nação. Nesse sentido, os discursos médico-moralizante sobre saúde e higiene e do ideal da professora cuidadora tornam a educação higiênica uma importante pedagogia/ferramenta para a eficiência, ao criar condições para o disciplinamento e a normalização de corpos e da população pelo viés da vida e das gerações higiênicas e saudáveis. Nessas condições, a busca pela universalização da escola (condição que se alinhava aos ideais

reformistas da educação brasileira da época) possibilitou a difusão social de estratégias disciplinares e biopolíticas articuladas aos interesses do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo nos mostra a criação e a operação de mecanismos de poder, em diferentes épocas, direcionados ao governo do corpo e da vida com a finalidade de controlar e minimizar a ocorrência de fenômenos biológicos – gravidez, natalidade, doenças, infecções sexuais transmissíveis, mortalidade infantil – através da difusão de práticas discursivas e moralizantes, biológicas e médicas, na educação escolar.

A difusão de tais práticas no presente nos mostra, através da análise dos artigos publicados no ENPEC e no ENEBIO, os modos que se vem ensinando sobre o corpo, as sexualidades e os gêneros no Ensino de Biologia. As análises nos dizem que, enquanto docentes dessas disciplinas, ensinamos mais do que “conteúdos”. Aos conteúdos biológicos associam-se outros “conteúdos” vinculados às práticas médicas de cunho higienista. Esse imbricamento funciona no sentido da moralização das condutas. Ter parceiro único, minimizar ou evitar riscos de contaminação por uma IST e pelo HIV, não engravidar na adolescência; definições sobre os supostos papéis sociais dos gêneros, e tantos outros elementos são exemplos dos efeitos desse imbricamento no espaço escolar. Assim, através de “verdades” científicas fundamentadas no biológico e na medicina prescrições ou pedagogias moralizadoras irão agir no nível do corpo, ligando o indivíduo à verdade, instituindo formas “corretas” de vivenciar a sexualidade e delimitando um fim para a sexualidade. No caso dos artigos analisados, na maioria, o “fim” está relacionado com a procriação e a prevenção de doenças. Portanto, ainda que pretensamente mais atuais, as práticas docentes atuam em semelhança as dos anos 80 e 90, período de emergência da epidemia de HIV no Brasil e da gravidez na adolescência. Assim, ainda produzem uma noção de sexualidade, preventiva, higienista e vinculada à constituição da família reprodutiva.

As análises do passado, vão mostrar que a preocupação com a procriação, as noções de maternidade e de família tinham a finalidade de melhoria da população através da diminuição da mortalidade infantil e dos bons casamentos para a produção de uma prole geneticamente eficaz. Portanto, foi preciso ensinar às mulheres sobre seus corpos, seus processos biológicos e os efeitos que tais ensinamentos produzirão no seu casamento, na sua família e na sociedade. Nesse sentido, a maternidade medicalizada circulava na educação escolarizada como estratégia que colocava a

vida/corpo, a procriação, a família e a população como um domínio da administração do Estado. O *Livro das mães: noções de puericultura* atuou como uma estratégia articulada a uma biopolítica com a finalidade de melhoria e limpeza social da população brasileira. Tal política fez o estudo da maternidade e da criação dos filhos emergir na formação de professoras do Ensino Primário, na disciplina Biologia Educacional, articulando conhecimentos biológicos e médicos, que prescreviam o “bom casamento”, a “boa maternidade” e a “boa geração”.

Analisar os papéis e os efeitos das práticas pedagógicas direcionadas aos corpos, às sexualidades e aos gêneros, em funcionamento no Ensino de Biologia, cria condições para nos afastarmos das verdades instituídas, que as configuram, e nos afetarmos com as experiências dos/as estudantes. Tal prática docente pode trazer o novo para o espaço da sala de aula, gerar discussões e atitudes relacionadas às experiências de cada jovem, produzir outras temáticas, abordagens e perspectivas de pesquisas a partir dos saberes e das necessidades geradas nas vivências dos estudantes.

REFERÊNCIAS

70

ALMEIDA JUNIOR, Antonio; MURSA, Mario. **O Livro das Mães**: noções de puericultura. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 2ªed. 1933.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em 05 jan. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental ciências naturais. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em 05 jan. 2019.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Vera Porto Carrero (Org). Rio de Janeiro: Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade I**: A vontade de saber. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. (Coleção Ditos e Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 153-171, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500008&script=sci_arttext. Acesso em: 08 jan. 2021.

GALLO, Sílvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. IN: GONDRA, José; WALTER, O. K. **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 177-189.

GANDINI, Raquel. **Almeida Júnior**. Recife: Editora Massangana, 2010.

HORA, Dayse Martins. **Racionalidade médica e conhecimentos escolar**: a trajetória da *Biologia Educacional* na formação de professores primários. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

MACHADO, C. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações**, Coimbra, v. 7, p. 60-80, 2004. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>. Acesso: 10 jan. 2021.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico - São Paulo 1890-1930. **Revista Diálogos**, DHI/UEUM, v. 4, n. 4, p. 77-92, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37603>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 jan. 2021.

MORANDO, André. **O ensino de biologia e suas articulações com práticas médico-moralizantes direcionadas ao governo do corpo, das sexualidades e dos gêneros**. 2021. 219 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001130846&loc=2021&l=a87a76254f70902e>. Acesso em 02, set. 2021.

PEIXOTO, Priscila Bermudes. **Até que a eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936)**. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Unesp, São Paulo, 2017.

SOUZA, Nadia Geisa Silveira de. **Que Corpo é esse? O corpo na família, mídia, escola, saúde...** 2001, 162 f, Tese (Doutorado em Bioquímica) - Instituto de Ciências Básicas da Saúde/UFRGS, Porto Alegre, 2001.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio De Janeiro: FIOCRUZ. 2005.

VIVIANI, Luciana Maria. **A Biologia Necessária**: formação de professoras e escola normal. Belo Horizonte: Argvmentvm; São Paulo: FAPESP, 2007.